

# VANTs e a Nova Natureza do Combate Aéreo

Maj Dave Blair, *USAF*

*Acabamos de ganhar uma guerra com muitos heróis pilotando aviões. Talvez a próxima seja travada de aviões sem pilotos, ponto final (. . .) Tomem o que aprenderam acerca da aviação bélica e joguem tudo pela janela afora. Vamos projetar a aviação do futuro.*

—Gen Henry “Hap” Arnold, Forças Aéreas do Exército dos EUA, 1945

## Uma História, Dois Aspectos

O fogo violento de metralhadora *DShK*, calibre .50, encurrala uma equipe de *SEALs* [*Sea/Air/Land*] da Marinha.<sup>1</sup> Ultrapassados em número e poder de fogo, a equipe conta com uma só linha vital – o avião no outro extremo do rádio do controlador da ofensiva final conjunta [*joint terminal attack controller*]. O avião está bem fora do alcance das armas dos insurgentes, mas isso nem passa pela cabeça do piloto, à medida que se enfoca exclusivamente nos camaradas que se encontram em situação completamente oposta. Com a rapidez de raio, um *GBU-12* remove o *DShK*.<sup>2</sup> Dois minutos após, mísseis rapidamente tomam conta de um grupo de insurgentes que estava tentando flanquear a equipe. Não mais encurralados, os *SEALs* respondem fogo com fogo e o adversário bate em retirada. Quando baixa a poeira, o pessoal amigo regressa ao local de transporte.<sup>3</sup> Durante o relato do evento, fica claro que sem as ações da tripulação aérea os membros intrépidos daquela força especial teriam perecido.

Sem qualquer dúvida, a parte mais importante desta narrativa é saber que aqueles que defendem o bem voltaram são e salvos.

No entanto, o mesmo resultado teria sido possível com a tripulação de um *F-15E Strike Eagle* ou de um *MQ-9 Reaper* remotamente pilotado

(RPA). No último caso, provavelmente as instituições condecorariam o heroísmo da tripulação. No entanto, ao mesmo tempo, fariam lembrar a essa que seus esforços nem mesmo chegam à qualificação de “missão de combate”. A urgência da necessidade bélica levou ao grande aumento em número de RPAs. No entanto, o pessoal na linha de fogo sempre ouve dizer que essas aeronaves não fazem parte de combate.

Tal contradição merece esclarecimento, especialmente porque o reconhecimento da Arma transmite persuasiva mensagem acerca da avaliação relativa. As Forças Armadas conferem medalhas de combate. No entanto, em cada novo conflito, a tecnologia e a tática mudam as definições—as linhas de frente expandem, juntamente com o alcance do novo armamento. Sem dúvida, tal fato aplica-se aos conflitos atuais, quando o inimigo desferiu o primeiro golpe em nosso território. O transporte globalizado e elos de comunicação agora permitem aos nossos militares a participação em combate diretamente do território nacional. As definições merecem nova análise, face a frente de batalha globalmente descentralizada.

## A Defesa do Ponto de Vista: O Risco de Combate

Iniciamos com o argumento de que os operadores de RPAs não fazem parte de combate, porque não colocam a vida em perigo. O conceito “risco de combate” é o ponto central da questão. A noção é definitivamente problemática, devido a dois motivos principais: (1) não diferenciamos as gradações de risco tecnologicamente mitigáveis em outras plataformas; (2) no caso de RPAs, isso simplesmente não é válido.

- (1) Qual é o diferencial de risco entre 3.048 metros [10.000 pés] e 16.093,44 quilômetros [10.000 milhas] em conflitos atuais?

Quando uma aeronave tripulada, de dois motores sobressalentes, faz um voo rasante sobre zona de combate, completamente fora do alcance de qualquer ameaça realista, consideramos tal cenário combate. No entanto, quando um *Predator* dispara um *Hellfire*, registramos o fato como apoio a combate. Por quê? A conclusão é

de que os avanços tecnológicos que reduzem o risco de combate não diminuem a realidade do mesmo. Frequentemente, aqueles que defendem o *status quo* taxam os meios de defesa altamente tecnológicos como covardia. No entanto, sempre existem aqueles dispostos a adotar os avanços oferecidos. As armas de fogo no Japão, balestras [bestas] medievais e submarinos da Primeira Guerra Mundial passaram pelo mesmo tipo de crítica.

Isso traz à mente um piloto de *F-22*, vociferante (e inebriado) que declarava que “combate bélico via teleconferência não é lá muito honrável”. Podemos dizer o mesmo de piloto que dispara míssil de seu caça tecnologicamente encoberto: nada mais é do que arma sigilosa. Seria difícil imaginar esse indivíduo no ato de ativar o retransmissor de satélite no momento em que entra em contato com o inimigo, somente para restaurar honra ao combate. Da mesma forma, o sistema de controle descentralizado do *Predator* encaixa-se muito bem à categoria de defesa tecnológica. Em outras plataformas, combate à medidas e táticas não invalida a realidade da batalha, mesmo quando atenua os riscos. Tudo isso nada mais é do que incentivo profundamente contraditório e antiquado.

- (2) Os operadores de *RPA*s não enfrentam menor perigo do que as tripulações aéreas. Na verdade, o oposto é bem mais provável. Lembrem-se de que os indivíduos que morreram durante o ataque de 11 de Setembro de 2001 no Pentágono receberam a Medalha *Purple Heart*, uma medalha de combate. Essa guerra é global e os inimigos também possuem alcance global. Se estivéssemos na posição do inimigo, será que desperdiçaríamos tempo, atraindo atenção, com a aquisição de míssil de alto perfil, quando um ataque terrorista contra operadores de *RPA* no Continente Norteamericano produziria melhores resultados? Esperamos, com fervor, que isso não aconteça. No entanto, o resultado de análise de risco entre um operador de *RPA* e piloto desdobrado ao teatro nesta guerra é, no mínimo, o mesmo para ambos. Qual é a diferença entre ataque terrorista contra uma pessoa a

caminho do trabalho e piloto atingido por fogo terrestre no início da decolagem? Em ambas as situações, os indivíduos são atingidos a caminho do destino. Além do mais, a ação de empregar energia cinética, tomado de fúria, porta em si, certo grau de risco pessoal.

De acordo com as instruções especiais, os operadores sempre estão sujeitos à decisões limitadas pelo tempo.<sup>4</sup> O disparo de arma sem observar as regras, resulta em cadeia. Além desse exemplo, um “perigo próximo” de arma de primeira geração talvez resulte em baixa de fogo amigo – o risco que aceitamos com esse tipo de operação.<sup>5</sup> [*Perigo próximo – danger close – denota o fogo empregado em íntima proximidade à forças terrestres amigas, quando essas decidem que o perigo causado pelo inimigo excede aquele da munição empregada*]. A legalidade do disparo, contudo, não atenua a realidade para o(a) operador(a) que dispara. Será obrigado(a) a viver com as consequências. É difícil imaginar verdadeira surtida de apoio a combate com esse tipo de sequela.

## Rumo à Maior Compreensão: Responsabilidade em Combate

*A responsabilidade em combate* é um indicador mais confiável do que *risco de combate*. O primeiro define combate relacionado a dois elementos: (1) responsabilidade ilimitada, inclusive vida e morte; e (2) intuito antagônico, o que impede um possível resultado, onde ambos os lados saem ganhando (como em desastre natural).

Até que ponto esses elementos são aduzidos é saber até onde dada atividade preenche os requisitos de combate. Certo indivíduo possui responsabilidade de combate, se as opções tomadas acarretam resultado direto em salvar vida amiga ou tomar vida inimiga. Em outras palavras, o indivíduo está em combate se centra, dispara ou orienta as armas, ou se possui direta responsabilidade pela vida de Soldados, Marinheiros, Militares da Força Aérea ou Fuzileiros Navais rumo a perigo.<sup>6</sup>

Geralmente, risco de combate e responsabilidade de combate sobrepõem-se. Antes do advento de mísseis de longo alcance e elos de dados, o risco de combate era tipicamente um requisito do emprego de armas contra o adversário. Durante períodos de grande assimetria tecnológica, contudo, essas definições divergem. Um samurai em armadura pesada é invulnerável a toda ameaça previsível, com exceção de outro samurai. Um arqueiro munido de arco longo é praticamente imune a combate direto, devido ao alcance da arma, a menos que as linhas se rompam. O tripulante de submarino durante os primeiros anos da Primeira Guerra Mundial tinha mais a temer do mar do que de armas inimigas. Quando assimetrias tecnológicas propulsionam essas definições, fazendo com que se distanciem umas das outras, a responsabilidade de combate melhor capta o combate total. Além do mais, a responsabilidade de combate inclui risco.<sup>7</sup>

Que tipo de modelo de reconhecimento seria projetado à responsabilidade de combate em guerra aérea atual? Para aeronaves tripuladas, toda vez que os pilotos entram em zona de combate, assumem a responsabilidade de combate para si mesmos, sua tripulação ou elemento. Toda vez que pilotos disparam uma arma, quando tomados de fúria, (inclusive míssil de cruzeiro fora da zona de combate), assumem a responsabilidade de combate pelo efeito causado pela arma. Tal cenário reflete intimamente as diretrizes atuais. No entanto, a justificativa é mais abrangente. Avaliamos as pessoas pela dedicação para com os camaradas na linha de fogo, bem como para com o risco em que se encontram.

As RPAs exigem interpretação mais detalhada. Ao contrário de aeronaves tripuladas, associadas a combate, quase sempre definido geograficamente, a RPA exige visão causal. Em outras palavras, o que os indivíduos fazem durante a missão define se estão em combate ou não. É interessante indicar que um militar nota que está a caminho de combate, somente durante parte da surtida. Classifica-se de combate toda surtida que inclui ambos os elementos de responsabilidade de com-

bate: (1) vidas diretamente em jogo (2) luta contra inimigo durante guerra. Uma surtida que não satisfaz essa definição talvez satisfaça uma um tanto mais descontraída para apoio em combate: ações de segunda ou terceira ordem que tornam possível ações diretas contra o inimigo. A regra de ouro é: aquele que toma decisões que diretamente afetam o resultado de ação, está em combate. Aquele que coloca outra pessoa nessa posição oferece apoio a combate.

Por exemplo, consideramos sensores de varredura em edifício ou em rota principal de suprimento, apoio a combate—são ações contra inimigo, quando vidas não estão diretamente em jogo. Esse tipo de missão essencial produz efeitos de segunda e terceira ordens que salvam vidas e atingem os alvos. Naquele momento, a pessoa não se encontra em posição de tomar decisões que resultariam em vida ou morte. Por outro lado, vejamos uma varredura via sensor que descobre um grupo em ato de posicionar dispositivos explosivos improvisados. No momento em que os membros da tripulação giram os mísseis, após receber autorização legal de ataque, estão em combate. O enfoque estático de vídeo em certo edifício torna-se combate, quando entra em cena uma força de ataque para vasculhar o prédio. Nessa situação a tripulação toma responsabilidade de combate, devido a presença de forças amigas no cenário. Em geral, o desenvolvimento de alvos e varredura de rotas continuam sendo mero apoio a combate. Golpes cinéticos, apoio à ação direta e escolta armada quase sempre resultam em combate.<sup>8</sup>

Por consequência, de acordo com a orientação atual, número determinado de surtidas de combate justificaria uma *Air Medal* se o comando da cadeia de combate estiver de acordo. Do mesmo modo, dado número de surtidas de apoio a combate justifica a Medalha *Aerial Achievement*. Para medalhas de missão única, o fator causativo é a consideração principal. A fim de considerar se o(s) membro(s) de certa tripulação receberá(ão) a *Air Medal* ou *Distinguished Flying Cross* para missão única, o resultado das ações deve ter sido o fator decisivo entre a vida e a morte.

## Conclusão: Entre Efeito em Combate e Prestígio de Plataforma Prevalece o Efeito em Combate

O fator principal do debate é que o combate é sacrossanto. Os prêmios e condecorações são alguns dos meios mais elevados de reconhecimento formal disponíveis aos militares. As condecorações difundem aquilo que a Arma considera valioso e digno de respeito. Existe a perigosa tentação de usá-las para destacar plataformas ou capacidades. É impossível exagerar o efeito tóxico dessa prática. Com isso declaramos ao mundo em geral que o que são (e o que voam) importa mais do que aquilo que fazem. Em última análise asseveramos que o prestígio vale mais do que o valor. Em consequência reforçamos a estrutura de castas e continuamos a gerar profecias que se convertem em realidade acerca de desempenho relativo. Quando iniciamos com a luta e retraçamos os passos até o início, enviamos mensagem muito mais poderosa: a valorização da contribuição que dada pessoa leva ao combate. A diferença efetuada por aquele indivíduo é mais importante do que a aeronave que voa ou deixa de voar.

Em suma, esse argumento dirige-se à consistência cognitiva, que se torna ainda mais importante, dado o prodigioso novo grupo especializado de pilotos que só voa *RPAs*. Quando possuímos grande número de tenentes inexperientes e Militares da Força que tripulam as atuais *RPAs*, devemos ajudá-los a dar aquele salto mental – de seu posto terrestre de controle, à zona de combate que nunca viram, especialmente quando todos os indícios culturais proclamam que estão vivendo em paz no Novo México. Se deixarmos de fazer isso, as consequências serão terríveis.

Quando declaramos a esses jovens guerreiros que estão em missões de voo de apoio a combate, confirmamos sua conclusão mental de que aqui estão, no continente norteamericano, e não na área de responsabilidade do Comando Central dos EUA (*CENTCOM AOR*). Se dissermos que não estão em combate, quem são eles para discordar? Ao vermos o combate como sacrossanto e não seu prestígio, eliminamos a contradi-

ção e fazemos com que esses futuros líderes consigam reconciliar sua atividade a esse novo tipo de combate. As tripulações do *Predator* e *Reaper*, em fase de amadurecimento, colocam placas nas portas de entrada: “Atenção! Entrada da *CENTCOM AOR*.” Os membros das tripulações de *RPA* acreditam piamente neste credo de combate. Somente pedimos que a instituição em si afirme sua veracidade.

Finalmente, a Força Aérea sobrevive e floresce como força armada através de pioneirismo e inovação.<sup>9</sup> Embora estabelecido em máximas perenes de raciocínio militar, nosso nicho forja novos meios de guerra, forçando a fronteira tecnológica, a fim de transformar a maneira como a nação trava guerras—de modo esplêndido—prosseguindo do ar ao espaço e ao ciberespaço, mudando em reação às revisões em natureza bélica pelas quais nós mesmos somos responsáveis. Como o General Arnold predisse anos atrás, travamos a guerra aérea empregando um sistema global de voo a fio, cujos cabos de controle alcançam o espaço e o ciberespaço. Mas a iniciativa e a inovação que continuamente expandem os limites, não podem manter o privilégio inveterado. Um privilégio que está arraigado em distribuição antiquada de poder. Para uma Arma que se baseia em inovação para a sobrevivência, o privilégio é veneno. Nossas definições e distribuições de poder devem apoiar a Força Aérea na luta atual e na próxima, não na última. Nesse teor, o *Unmanned Systems Integrated Roadmap* do Departamento de Defesa prediz uma força constituída quase que inteiramente de *RPA*s em meados deste século.<sup>10</sup> Da maneira como procedemos atualmente, as únicas *Air Medals* serão aquelas nos livros de História. □

---

## Notas

1. The *Degtarayova-Shpagina Krupnokaliberniy* [Degtarayov-Shpagin alto calibre] é uma metralhadora pesada da era soviética, comum em todo o mundo. “Degtyarev (DShK-38 e o Modelo 38/46) 12.7 mm Heavy Machine Gun (Federação Russa), Machine Guns,” *Jane's Information Group*, acessado em 23 de fevereiro de 2012, <http://articles.janes.com/articles/Janes-Infantry-Weapons/Degtyarev-DShK-38-and-Model-38-46-12-7-mm-heavy-machine-gun-Russian-Federation.html>.

2. A GBU-12 é uma bomba de 500 libras, teleguiada a laser, encontrada em aeronaves táticas norte-americanas. “GBU-10, GBU-12, GBU-16 Paveway II (Estados Unidos), Bombs—Precision and Guided Munitions,” Jane’s Information Group, acessado em 23 de fevereiro de 2012, <http://articles.janes.com/articles/Janes-Air-Launched-Weapons/GBU-10-GBU-12-GBU-16-Paveway-II-United-States.html>.

3. O termo “local de exfiltração” [*exfiltration site*] refere-se ao campo do qual a força de operações especiais parte do campo de batalha, após completar a missão.

4. Instruções especiais são um grupo de ordens gerais do comandante do componente aéreo da força de coalizão que governam o emprego do poder aéreo em teatro de combate.

5. Perigo próximo – *danger close* – denota o fogo empregado em íntima proximidade à forças terrestres amigas, quando essas decidem que o perigo causado pelo inimigo excede aquele da munição empregada para combatê-lo. Formalmente, refere-se ao disparo de munição dentro do percentual de probabilidade de 0,1 por cento da distância de incapacitação. Joint Publication 3-09.3, *Close Air Support*, 8 July 2009, V-20, [https://jdeis.js.mil/jdeis/new\\_pubs/jp3\\_09\\_3.pdf](https://jdeis.js.mil/jdeis/new_pubs/jp3_09_3.pdf).

6. Empregamos *diretamente e imediatamente* quando nos referimos a participante que se encontra somente a um passo do resultado. Esta distinção útil diferencia entre combate e apoio a combate. As ações de apoio a combate são essencialmente importantes para moldar os resultados, embora seu impacto não seja tão diretamente causativo como aquele de participantes em ponto de ataque ou defesa.

7. Geralmente, à medida que a simetria for restaurada, essas definições convergirão mais uma vez. Como exercício acadêmico, imagine frotas de veículos aéreos remotamente pilotados, chinesas e americanas em duelo, em busca dos respectivos postos de controle terrestre. Nessa eventualidade, um assento em aeronave tripulada seria muito mais confortável e seguro.

8. Logicamente, as tripulações indicariam se empregaram apoio cinético ou à incursão ao completar a surtida—informação retroativamente incluída na documentação de voo. Este procedimento é similar ao processo de avaliação de responsabilidade para os *KC-135s*, onde a situação de combate da aeronave, retroativamente, dita se a missão foi de combate ou de apoio a combate.

9. “Our Air Force owes its existence to visionaries who sought innovative ways to do things—instead of going through an enemy’s line, let’s go over it. Now is the time to boldly embrace the enterprising spirit that Airmen have long demonstrated by harnessing the latest technology and developing novel ways of accomplishing the nation’s missions.” Gen Edward A. Rice Jr., “Building toward the Future,” *Air and Space Power Journal* 26, no. 1 (January–February 2012): 6, <http://www.airpower.maxwell.af.mil/digital/pdf/issues/jan-feb/Jan-Feb-2012.pdf>.

10. Department of Defense, *Unmanned Systems Integrated Roadmap, FY2011–2036* (Washington, DC: Department of Defense, Office of the Secretary of Defense, [2009]), <http://www.fas.org/irp/program/collect/usroadmap2011.pdf>.



### **Maj Dave Blair, USAF**

Frequentou a USAFA; Mestrado em Diretrizes Públicas [*Masters in Public Policy – MPP*] da *John F. Kennedy School of Government, Harvard University*. Piloto Instrutor do MQ-1B e piloto de AC-130U. Anteriormente, foi Oficial Assistente de Operações e Chefe de Planos para o 3º Esquadrão de Operações Especiais [*3rd Special Operations Squadron*]. Membro do Comando de Operações Especiais da Força Aérea [*Air Force Special Operations Command*]. Tomou parte nas guerras do Iraque, Afeganistão e outras frentes emergentes, pessoalmente, e também via teleguerra. Atualmente frequenta o curso de Doutorado em Relações Internacionais [*International Relations, PhD*] na *Georgetown University*. Sua tese analisa o emprego de estratégias de distúrbio via redes sigilosas, a fim de solucionar o problema do tráfico humano contemporâneo.

Gostaríamos de receber sua opinião

Distribuição: Texto aprovado para o público. Distribuição irrestrita.

Isenção de Responsabilidade

As opiniões e pontos de vista expressos ou inferidos neste periódico pertencem aos autores e não contam com a sanção oficial do Departamento de Defesa [Department of Defense], Força Aérea [Air Force], Comando de Treinamento e Educação Aérea da Aeronáutica [Air Education and Training Command –AETC], Universidade da Aeronáutica [Air University], ou quaisquer outras agências ou departamentos do governo dos Estados Unidos.

Este artigo pode ser reproduzido, parcial ou totalmente, sem necessidade de autorização prévia. Caso seja reproduzido, o Air and Space Power Journal – Português solicita a cortesia de menção.

<http://www.airpower.au.af.mil>